



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Letícia Rodrigues da Silva¹
Lesliane Caputi²

Resumo: Este estudo traz reflexões acerca do significado social da profissão de Serviço Social no Brasil, a partir da tendência de intenção de ruptura no contexto atual. Enfatizamos a análise da consolidação desta tendência no interior do Movimento de Reconceituação, seu espraiamento no projeto de formação profissional. Para tanto, realizamos estudos bibliográficos e análise documental, fundamentados no método do materialismo histórico dialético. Os objetivos centram-se em adensar a contínua reflexão da construção da Dimensão Ético-Política no interior da categoria profissional, a fim de fortalecer a luta na defesa do projeto hegemônico no enfrentamento ao conservadorismo – sobremaneira nos tempos atuais de ataques severos aos direitos sociais.

Palavras-chave: Serviço Social. Dimensão Ético-Política. Formação Profissional. Projeto Ético-Político.

I. INTRODUÇÃO

Intentamos em trazer reflexões que possibilitem a análise da Dimensão Ético-Política e o empenho hegemônico da categoria na reafirmação do Projeto Ético-Político, construído a partir dos anos 80. Assim, o recorte da análise se dá a partir do Movimento de Reconceituação da profissão e no bojo de sua intenção de ruptura com as bases conservadoras.

Abordamos alguns elementos que marcaram a história da profissão no Brasil e que ressoam até hoje, tanto na formação como na atuação profissional, e demandam nossa atenção constante – se compreendemos que a atuação profissional deve se respaldar por uma leitura crítica da realidade social.

A partir do Movimento de Reconceituação, o Serviço Social brasileiro na interlocução com o referencial marxista constrói o projeto de profissão, enquanto um Projeto Ético-Político que expressa a perspectiva de uma outra sociabilidade livre da exploração do homem pelo próprio homem, sem preconceitos, sem divisão de classes, verdadeiramente democrática e plural.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, E-mail: leticiarodsil@gmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, E-mail: leticiarodsil@gmail.com.

Num contexto de lutas e construções políticas e ideológicas, a categoria profissional estrutura sua dimensão ética, política e jurídica pautada em princípios éticos fundamentais que dão sustentação ao delineamento hegemônico. Este arcabouço, dá corpo à construção do Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da profissão nº 8662/93, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996³; bem como sua estruturação da dimensão político-organizativa, em instâncias representativas como: Conselho Federal de Serviço Social/CFESS, Conselhos Regionais de Serviço Social/CRESS, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social/ENESSO e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS. Assim, ressaltamos a dimensão ético-política como essencial no processo de consciência da profissão em sua totalidade, suas contradições, limites e potencialidades.

II. Dimensão Ético-Política do Serviço Social Brasileiro

A intenção de ruptura se desenvolve a partir das aproximações da categoria profissional com a produção das ciências sociais e humanas, especialmente na década de 1960, e na medida em que a organização da classe trabalhadora começa a avançar em suas lutas, impondo à categoria um processo de revisão de sua atuação profissional.

De acordo com Barroco (2010), na década de 1960 são colocadas no movimento histórico possibilidades de transformação no projeto histórico-cultural em curso. As transformações poderiam implicar tanto no aprofundamento do projeto em curso, como também impor restrições a este, e até mesmo marcar rupturas. As transformações sociais, ocorridas neste momento, têm rebatimentos na organização da categoria de Serviço Social, “A transformação do seu *ethos* depende, portanto, de um conjunto de elementos que extrapolam a profissão e nela rebatem de modo peculiar” (BARROCO, 2010, p. 99).

Vale ressaltar que o Serviço Social, desde sua constituição no Brasil, com a primeira escola de formação (1936), até o Movimento de Reconceituação, manteve uma perspectiva de atuação profissional endógena⁴, não se “reconhecendo” dentro da (re)produção das relações sociais, além de favorecer a manutenção do capital.

³ As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 fora modificada pelo MEC (2000) para garantir a flexibilização da educação aos interesses do capital, contrariando a defesa da categoria profissional por uma educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. A proposta construída no interior da profissão compreende que a formação profissional não se restringe à atividade de ensino, parte da carga horária dos cursos deve ser destinada à pesquisa, extensão, participação em espaços formativos, estágio e trabalho de conclusão de curso. Além destes elementos, as Diretrizes compreende que a o ambiente de ensino e o processo de sociabilidade que ocorrem neste meio são indispensáveis para a formação profissional que se oriente na perspectiva de totalidade.

⁴ Sobre este aspecto Martinelli (2010), construiu reflexões importantes para a categoria profissional, apontando a não identificação de tais profissionais como classe trabalhadora, da análise da construção da categoria descolada das determinações estruturais dos objetivos e do contexto em que esta profissão se insere no cotidiano da sociedade brasileira.

O surgimento de novas expressões na atuação profissional se apresenta a *priori* por meio de uma aproximação superficial da tradição marxista, que traz novos debates e questionamentos acerca da atuação desta categoria profissional.

Consideramos que a construção de uma nova moralidade, nos anos 60, vincula-se a duas dimensões da vida profissional: a dimensão da vida cotidiana, espaço da singularidade e do enfrentamento de conflitos éticos e de questionamentos em face do papel “feminino”, do preconceito e do moralismo, o que põe condições para uma reflexão crítica, capaz de mediatizar os questionamentos empíricos; e a dimensão das intervenções práticas – a participação cívica e política –, capaz de vincular a profissão a projetos sociais democráticos, permitindo a ampliação de uma consciência ético-política e a construção de uma moralidade fundada na liberdade (BARROCO, 2010, p.103).

A partir desta intenção de ruptura no interior da profissão, se inicia a busca por um fundamento que respalde a prática a partir de um pensamento crítico-reflexivo, “[...] *que tem necessariamente a dimensão do coletivo histórico-social, preservando, porém, o espaço da singularidade.*” (MARTINELLI, 2010, p.138, grifo nosso). É neste movimento dialético que a profissão inicia seu processo de formação de consciência de classe.

Nesse momento em que se intensificam as intervenções imperialistas em toda a América Latina, na perspectiva de fortalecer o modelo econômico do capitalismo dependente no continente, tendo como consequência a ampliação da desigualdade social e a reação da classe trabalhadora, simbolizando diversos avanços no que tange a organização política.

No entanto, tanto os processos de avanço da classe trabalhadora e o desenvolvimento social, como a rediscussão da prática profissional foram balizados pelo golpe de 1964, onde se instaurou a ditadura militar, marcada pela violência, restrição da liberdade, clandestinidade dos movimentos organizados, ampliação do capital e da influência norte-americana, dentre outras características.

O contexto marcado pela ditadura militar põe novas demandas à profissão, consolidando a necessidade de sua renovação a favor do imperialismo. Apesar das iniciativas de pulverizar os debates que se erigiram no início da década, dentro do cotidiano profissional se consolidavam diversas perspectivas de atuação; de um lado, profissionais que buscavam a ruptura com a prática alienada dentro dos limites impostos a sua atuação, de outro lado, profissionais estagnados na prática acrítica.

Além da indução à estagnação, a ditadura também propicia a reatualização de elementos que a categoria profissional já havia posto em questionamento dentro da prática: “[...] a direção fascista imprimida à ditadura militar a partir de 1968 favorece também a reatualização do *ethos* profissional conservador” (BARROCO, 2010, p. 111).

Dessa forma, ainda que limitado em seu potencial político, o *ethos* de ruptura desenvolve-se no interior da academia, durante a ditadura, donde o aparecimento, nos anos 70, de elaborações teóricas orientadas pelo marxismo, apontando para um debate teórico-metodológico significativo (BARROCO, 2010, p. 110).

Barroco (2010) afirma que os Códigos de Ética da categoria profissional não contêm mudanças significativas até a década de 1980. Todos expressaram a hegemonia do tradicionalismo, bem como a direção das entidades representativas e o direcionamento da formação profissional. Estes meios foram utilizados como espaço privilegiado para o fortalecimento dos alicerces que sustentavam o tradicionalismo, em resposta aos levantes dos movimentos sociais oriundos da classe trabalhadora e dos setores oprimidos. A exemplo disso, destacamos o documento publicado, na época, pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social/ABESS (1947), o “Código Moral de Serviço Social”⁵, como resposta ao protagonismo do movimento feminista que também tivera rebatimentos na profissão.

A partir da década de 1980 os profissionais de Serviço Social constroem uma consciência política coletiva, submergindo o universo da consciência de “classe em si”, se inserindo nas lutas políticas da classe operária e seu *ethos* deixa de ser tomado como estático e definitivo. As/os profissionais iniciaram o fortalecimento da intenção de ruptura por meio da negação da atuação conservadora, na busca por romper com as condições sociais que a fez essencial para a manutenção da sociedade capitalista.

Nos anos 1980 constituiu-se um novo *ethos*, cuja identidade foi sendo moldada por posicionamentos éticos e políticos adquiridos por meio da participação cívica e política, do trabalho, da vivência e enfrentamento de novas necessidades, escolhas e posicionamentos de valor, da recusa de valores e papéis tradicionais, da incorporação de novos referenciais ético-morais, entre outros aspectos. O compromisso com as classes trabalhadoras surge como valor ético-político central, orientando, por exemplo, o posicionamento político dos setores organizados da categoria, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (BARROCO, 2004, p. 29).

Tal congresso é conhecido como “Congresso da Virada”, marco dentro do Movimento de Reconceituação, no qual se sobressai a vertente de intenção de ruptura com a prática profissional alicerçada no conservadorismo e se estabelece uma perspectiva de atuação profissional que faça a mediação entre as condições macrossocietárias, as quais abarcam o campo sócio-histórico, os limites e possibilidades que este impõe à atuação profissional, e as respostas profissionais por meio de seus instrumentais e instrumentos de trabalho, que ultrapassem o tecnicismo.

A formação profissional recebe novos direcionamentos, passando a contar com um currículo explicitamente orientado para uma formação crítica e comprometida com as classes subalternas. Em 1986, o Código de Ética, praticamente igual desde 1947, é reelaborado, buscando-se garantir uma ética profissional objetivadora da nova moralidade profissional (BARROCO, 2010, p. 168).

⁵ Barroco (2010) aborda mais elementos acerca do documento referido.

O Código de Ética de 1986 e o Currículo Mínimo de 1982 são marcados pela explicitação da direção social na formação e atuação profissional vinculadas ao compromisso ético-político com a classe trabalhadora.

Embora a opção política vinculada aos interesses da classe trabalhadora tenha significado um grande avanço no âmbito da categoria profissional, neste momento, tanto a atuação profissional como a formação não se sustentam por uma reflexão Filosófica e Ética, não possibilitando a compreensão de seus fundamentos.

[...] em vez de se comprometer com valores, se compromete com uma classe, o que é o mesmo que afirmar que a classe é, *a priori*, detentora dos valores positivos, o que configura uma visão idealista e desvinculada da questão da alienação. Ao não estabelecer as mediações entre o econômico e a moral, entre a política e a dimensão política da prática profissional, o Código reproduz as configurações tradicionais da ética marxista (BARROCO, 2010, p. 177).

A ruptura com essa perspectiva, ainda com base na autora, ocorre a partir da aproximação com o legado de Lukács, expressa na constituição do Código de Ética de 1993 em que compreende as concepções de ética e política, não como sinônimos, mas como unidade, preservando-se seus componentes ontológicos.

A unidade constituída entre ética e política, representa o acúmulo e o amadurecimento teórico-metodológico da categoria profissional de Serviço Social, “[...] éticas, porque supõem escolhas de valor dirigidas à liberdade; política porque buscam criar condições objetivas, no âmbito da luta pela hegemonia, para defesa daqueles valores.” (BARROCO, 2004, p.41).

Neste ensejo, colocamos a reflexão acerca da construção desta dimensão no âmbito da formação profissional em Serviço Social, tomando como base a construção histórica da profissão orientada pelo Projeto Ético-Político da categoria. Sobre este aspecto, salientamos a sustentação da proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), que

Propõe-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções (ABEPSS, 1996, p.9).

III. Projeto Ético-Político e Formação Profissional

Compreendemos o processo de formação profissional como elemento central na construção do *ethos* profissional, da Dimensão Ético-Política e o reconhecimento desta em unidade com as demais dimensões elementares da profissão, a saber: Dimensão Teórico-Metodológica e Técnico-Operativa, pois, o processo de formação é o primeiro espaço de discussão e compreensão das categorias essenciais à atuação profissional.

Estes são elementos que nos colocam a preocupação com o processo de formação profissional, compreendendo a atuação profissional para além da operacionalização das políticas públicas. Trata-se de uma profissão que compreende a sociedade de classes, os limites das políticas públicas dentro desta sociedade, onde, simultaneamente, se insere a ação transformadora dos seres humanos na produção e superação da ordem societária em que vivemos.

Nesse sentido, a apreensão acerca do significado sócio-histórico da profissão é imprescindível. Iamamoto (2014) aponta que a produção acadêmica sobre os *fundamentos do Serviço Social* se inicia a partir da década de 1980, com avanços à crítica teórico-metodológica, ultrapassando a denúncia do tradicionalismo profissional na busca efetiva do enfrentamento de seus limites socioculturais e políticos.

[...] É essa dimensão de universalidade que, acoplada a pesquisa das particularidades históricas do tempo presente, permite incorporar sugestões contidas naquelas fontes para iluminar a análise dos processos sociais em curso e vislumbrar as possibilidades de ação nela inscritas, transformando-as em projetos sociais e/ou profissionais (IAMAMOTO, 2004, p. 238).

Entre a década de 1980 e 1990, a profissão amadurece a perspectiva ética enquanto coletivo profissional que responde às demandas complexas que exigem uma reflexão e atuação sistemática específicas, compreendendo a construção da ética como inerente ao novo *ethos* profissional, que deve constituir-se desde o processo de formação até o exercício profissional.

A reavaliação da atuação profissional resulta na revisão do Código de Ética de 1986, dando lugar ao Código de Ética de 1993 e sua Lei de Regulamentação no mesmo ano. Neste período, também, ocorre a reelaboração do Currículo de 1982, resultando nas Diretrizes Curriculares de 1996. Ambos processos fundamentados no Projeto Ético-Político que compreende as dimensões, ética e política, como constituintes de uma unidade, mas com suas particularidades preservadas.

O Projeto Ético-Político da categoria, construído coletivamente, orienta as diretrizes da formação e da atuação profissional como fruto da disputa de projetos profissionais, estabelecendo-se como projeto hegemônico há três décadas, o que, segundo Iamamoto (2014), conferiu um novo perfil profissional no contexto latino-americano, realizando-se em diferentes dimensões da profissão, em seus instrumentos legais; nas expressões e manifestações coletivas da categoria; na articulação com outras entidades, tanto do Serviço Social quanto de movimentos sociais; no trabalho desenvolvido em diferentes espaços; e no ensino superior, responsável pela qualificação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa dos profissionais.

Desta maneira, o projeto profissional vigente, vem sendo construído de forma coletiva a partir de princípios fundamentais que perpassam o campo democrático-popular. A

concepção de democracia em que a categoria se respalda, vincula-se à democratização dos direitos, dos meios e da produção coletiva, capaz de fortalecer as bases organizativas na luta contra-hegemônica na perspectiva de outra ordem societária, sem opressão e exploração do homem pelo homem, respaldada por valores éticos-políticos do humano-genérico.

Com base em Barroco (2012) temos que a legitimação do Projeto Ético-Político é um processo contínuo. A existência do Código de Ética e suas normativas, os princípios e diretrizes, se orientam por referências teóricas, filosóficas e valores que dependem de uma base de sustentação ídeo-política (organização da classe trabalhadora e dos movimentos contra-hegemônicos) para que a ética profissional não se torne uma abstração. A existência de tais elementos em si, sem uma base de sustentação e adensamento político, não garantem sua reprodução na atuação profissional, mesmo sendo fruto de um processo coletivo e denso de debates, a destacar, como elementos que contribuem para tal dificuldade o crescimento massivo da categoria profissional e as determinações que favorecem a fragilização do *ethos* profissional.

Conforme já salientado, o perfil e a atuação profissional não se desconectam da realidade social, da luta de classes, da conjuntura e da história que nos propicia a compreensão do movimento das relações sociais e nos aponta as tendências históricas, o que nos dá subsídio para as escolhas em seu horizonte, a partir de uma base realista da atuação profissional. É na tessitura histórica que somos capazes de reconhecer a relação entre Estado e sociedade civil, compreender as metamorfoses das classes sociais e como o capital se apropria delas para sua manutenção.

No campo da formação profissional, Iamamoto (2014) salienta que a compreensão acerca dos *fundamentos do Serviço Social*, parte da perspectiva de que a história é o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social. Sendo o Serviço Social produto sócio-histórico, no seu sentido e na sua apreensão, suas particularidades realizam-se na dinâmica societária, da qual é parte e expressão.

Isso implica em compreender o exercício profissional inserido no processo de trabalho, entender o profissional como classe trabalhadora assalariada, suas condições de trabalho, e, concomitantemente, a busca pela materialização do Projeto Ético-Político por meio da ampliação dos direitos socialmente conquistados, da produção do conhecimento e da construção de processos coletivos, mediados pela relativa autonomia na condução e direcionamento do seu trabalho.

É necessário apreender que dentro deste processo histórico da profissão há conquistas e desafios, tanto na atuação como na formação profissional, compreendendo a relação íntima entre essas duas instâncias. O conservadorismo, que por muito tempo orientou a profissão, respaldado pela disjunção entre estrutura e sujeito, entre

determinações históricas e liberdade e por meio da moralização da questão social, deixou seus resquícios e se apresenta com outras roupagens adequadas ao contexto social, se expressando na concepção social e na atuação profissional, “[...] preservando-se, no essencial, na leitura da sociedade capitalista, plena de derivações prático-políticas” (IAMAMOTO, 2014, p. 234).

A atuação profissional é permeada pela necessidade de articulação entre as ações imediatas e projeções em médio e longo prazo. Essa articulação só é possível se capilarizada por uma análise macrosocietária. Desta forma é possível a ruptura com a atuação profissional orientada pelo imediatismo, ou na crítica esvaziada de proposição.

O método materialista histórico dialético que, para nós, melhor explica a estrutura das relações sociais no modo de produção capitalista, desvelando as relações de poder nelas existentes; propicia-nos conhecimento para que possamos articular as forças sociais que atravessam a atuação profissional, a totalidade e as mediações em que se constitui. O método, ainda, nos dá subsídio para a construção de conhecimento especializado, voltados para a análise da realidade concreta, e para a intervenção profissional por meio da análise dos espaços sócio-ocupacionais, para os instrumentos e instrumentais da atuação, apreensão da população usuária e de todas as relações que perpassam o cotidiano profissional. Assim, a partir da pesquisa, buscar estratégias de suspensão da cotidianidade para que a intervenção profissional seja refletida e reconstruída,

Nesse sentido, é motivo de preocupação o lugar secundário a que foi, por largo tempo, relegado, na literatura especializada, o conhecimento dos sujeitos, que são alvo do exercício profissional, como o revela a carência de publicações sobre o modo de vida, de trabalho e respectivas expressões culturais dos segmentos de classes que constituem a população usuária dos serviços profissionais (IAMAMOTO, 2004, p. 241).

Não podemos ignorar que este dado tem profunda relação com o processo de formação, com a imagem de “profissão interventiva”, como se a intervenção profissional não dependesse de um processo teleológico, de pesquisa e de conhecimentos basilares. Também, se relaciona com os processos de desmonte da educação superior, que vem sendo impelida a restringir o processo de formação à sala de aula. Iamamoto (2014) acentua que esta compreensão da atuação, reduz a/o assistente social a um “técnico” que executa ações e operacionaliza as políticas, uma prática esvaziada de significados, direção, sem compreensão das razões, do conteúdo e dos efeitos de seu trabalho na sociedade.

Essas práticas resultam de uma cultura conservadora, da precarização da formação profissional, da falta de preparo técnico e teórico, da fragilização de uma consciência crítica, de processos de despolitização, de incorporação de valores e ideologias conservadoras, individualistas, irracionais, da absorção da rotina burocrática das instituições e submissão às suas normas e aos seus valores, entre outros, o que vem sendo agravado na conjuntura atual. (BARROCO, 2012, p.75)

Pontuamos, assim, a preocupação com o processo de mercantilização da educação

e suas sequelas desenfreadas para a formação profissional que enfraquece as conquistas históricas e a qualificação profissional. A destacar a criação desenfreada de diversas modalidades de cursos de Serviço Social, principalmente na modalidade de ensino à distância, que são realizados em condições precárias tanto na estrutura física e material, como no âmbito do processo pedagógico e cultural.

Neste contexto, fragmenta-se a formação para atender às demandas do mercado de trabalho, rompe-se a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e sua respectiva exigência de reflexão crítica e rigor científico (BARROCO, 2012). Concordamos com a autora em que a reflexão crítica se constrói no *diálogo socialmente construído*, na relação com outros sujeitos e suas vivências no processo de interação, elemento fragilizado no processo de desmonte da educação superior.

A expansão exponencial das instituições de ensino superior e do número de matrículas em cursos de Serviço Social, nos governos Cardoso e Lula, sob a liderança do empreendimento empresarial privado, é hoje adensado pela regulamentação do ensino à distância. Esse crescimento indica a duplicação, a curto prazo, do contingente profissional com repercussões no crescimento do desemprego, na precarização das condições de trabalho, no aumento da insegurança no trabalho e numa preocupante despolitização da categoria profissional, com inéditas consequências para o projeto norteador da profissão no País. Provavelmente, estamos diante da formação de um *exército assistencial de reserva*, possível recurso para qualificação do voluntariado, reforçando os chamamentos à solidariedade. Isso impõe o acompanhamento criterioso dessa expansão recente do ensino universitário na área. (IAMAMOTO, 2014, p.43)

Ao conceber o *ethos* profissional como uma construção social dinâmica – que se transforma na medida em que ocorrem as transformações sociais, e as condições de ensino e aprendizagem, em que se dá a sua construção histórica – podemos relacionar que a mudança no processo e nas condições da formação profissional, via reforma universitária, potencialmente acarreta mudanças no *ethos* profissional. A realidade nos aponta desafios e convoca a construção de estratégias de enfrentamentos, além de compreender e sistematizar em que medida e aspectos essa mudança nas condições da formação profissional, também implicarão mudanças às dimensões centrais da atuação profissional (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa), bem como ao *ethos* profissional, e por conseguinte, transformações no Projeto Profissional defendido.

IV. Considerações Finais

Ao analisar a construção da hegemonia do Projeto Ético-Político no curso da história da profissão, observamos que seu período de “maturação” no meio profissional é recente. A (re)construção de princípios, valores e práticas profissionais além de constituírem um conjunto de mudanças teórico-metodológicas, ético-políticas, também, são históricas, e por este caráter, estão abertas às determinações societárias, acompanham o movimento de

lutas e resistências da classe trabalhadora, assim como as possibilidades que provêm das contradições situadas na realidade.

Na medida em que compreendemos que não há dicotomia entre a prática e a teoria, precisamos observar qual é a apreensão teórica que se têm das várias dimensões da profissão e a unidade dentre elas, para que possamos entender o desenvolvimento do exercício profissional e de sua construção histórica.

Nesse sentido, compreendemos que a Dimensão Ético-Política do Serviço Social tem um impacto direto na relação com a(o) usuária(o), na construção histórica da profissão e no seu direcionamento político-ideológico. Significa dizer que ainda há nos espaços sócio-ocupacionais que estão inseridos profissionais de Serviço Social práticas condizentes com perfis e projetos profissionais que remontam o passado pelo qual a profissão transitara há décadas atrás, reeditando velhos dilemas profissionais, reconduzindo a profissão ao papel de distribuidora de benefícios “concedidos” pelo Estado e reificando as relações de poder na sociedade, para que as transformações societárias se mantenham no limite do capital. Sua superação não se dará sem a garantia de uma formação profissional qualificada, sem a produção científica que nos apresente a realidade social e a atuação profissional para além da aparência, e sem a organização política das/dos profissionais. Assim, a formação qualificada defendida pela categoria a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo, exige “[...] direção política crítica para que o projeto ético-político profissional não se degenerem em mera ‘carta de intenção’.” (SANTOS, 2012, p.10).

Em *Contribuição à crítica da Economia Política*, Marx (1859) afirma que a humanidade apenas se propõe objetivos que pode alcançar, quando existem ou estão sendo gestadas condições materiais para sua realização. Sendo assim, não é o Projeto Ético-Político, seus princípios ou mesmo os documentos normativos da profissão que são irrealizáveis, mas os limites históricos gestados na sociedade capitalista que inviabilizam o atendimento das necessidades humanas em prol do processo de acumulação da riqueza socialmente produzida, destituindo de sentido histórico as experiências de luta e resistência; desregulamentando e precarizando, por meio do Estado, a formação e atuação profissional.

Assim, reafirmamos a atuação profissional que ultrapasse o manuseio dos instrumentos técnicos, pois as ações realizadas por esta produzem resultados concretos na vida da população usuária e potencialmente interfere na sociedade. Ações que imprimem valores e finalidades de caráter ético, independente da consciência dos profissionais que as exercem. No entanto, as ações conscientes ou a ausência delas, “[...] podem ampliar ou limitar a materialização da ética profissional, no âmbito de suas possibilidades históricas” (BARROCO, 2012, p. 33).

Ranços do conservadorismo assolam a profissão durante seus 80 anos no Brasil. Neste quadro, o movimento de intenção de ruptura deve ser cada vez mais solidificado, o

que demanda a nosso ver, educação permanente de toda categoria, luta pela educação de qualidade e de materialização das diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS (1996).

Para tanto, a vigília dos órgãos da categoria, no âmbito das Unidades de Formação Acadêmica e seus respectivos projetos pedagógicos de curso de graduação é imprescindível. Ainda, é necessária a consistente e permanente fiscalização dos conselhos regionais aos espaços sócios-ocupacionais do Serviço Social (assim cabe fortalecimento das comissões de fiscalização/COFI e ampliação qualitativa do número de agentes fiscais), e a ampliação das nucleações dos conselhos regionais de Serviço Social para fins de alcançar os espaços ocupacionais das regiões interioranas dos estados e cidades metrópoles. Também, cabe postura mais radical no enfretamento da formação precarizada à deriva do mercado.

Consideramos que o contexto atual também demanda espaços de debate com enfoque nos Direitos Humanos e nos Princípios Ético-Políticos, que contribuam na construção de estratégias e intensifique a consolidação e ampliação da autonomia relativa da atuação profissional, a fim de avivar o desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas.

Este elemento é de extrema importância, a destacar que, em primeira instância, a defesa das atribuições da profissão é incumbência política do profissional em seu espaço ocupacional. Trata-se de investir na ampliação da consciência ético-política, capaz de contrapor a reprodução mecânica das influências do neoliberalismo que se espalha tanto na formação quanto na atuação profissional, reatualizando perspectivas conservadoras e pós-modernas.

A Dimensão Ético-Política da categoria profissional articulada com as Dimensões Técnico-Operativa, Teórico-Metodológica, se forjou no bojo da história a partir da compreensão do “pensar, ser e atuar da profissão” inseridos na sociedade de classes. Tal perspectiva revela a contradição inerente à profissão, entretanto, a consciência das contradições é que lhe possibilitou escolhas. A escolha que vem sendo fortalecida de forma hegemônica, desde o Movimento de Reconceituação, está alinhada ao projeto societário que busca outra forma de sociabilidade em que as escolhas não sejam mais determinadas pela condição de classe, mas calcadas na liberdade e na emancipação humana.

Para tanto, a consciência das contradições do modo de produção capitalista; das relações sociais; da ontologia do ser; e da totalidade do movimento dialético da realidade concreta, são elementos essenciais para que possamos traçar estratégias coletivas que perpassam o campo da formação, atuação profissional e da relação com as/os usuárias/os que se apresentam no cotidiano profissional com inúmeras demandas oriundas das expressões da questão social na busca de uma intervenção profissional qualificada. A qual, compreendemos ser possível, se construídas em bases sólidas, respaldada por uma análise

que ultrapasse o campo do imediato.

Reiteramos a ponderação de Barroco (2012), de que o fortalecimento do Projeto Ético-Político demanda o enfrentamento das condições adversas que se expressam no trabalho e na vida social, por meio de um trabalho educativo, de organização política e de construção da contra-ideologia no interior da categoria, articulada aos movimentos democráticos mais gerais da classe trabalhadora e apoiado nas entidades representativas, sendo que a construção de tais estratégias deve recriar-se em cada conjuntura.

Por fim, enfatizamos a importância deste estudo no contexto atual, de retrocessos nos direitos socialmente conquistados. A pesquisa histórica do processo de desenvolvimento da profissão subsidia a análise da atuação profissional e potencializa a contínua e necessária reconstrução e reafirmação de valores que respaldam a atuação e a formação profissional tendo como horizonte a emancipação humana. No processo de compreensão da realidade, na perspectiva de totalidade, que se constitui no movimento histórico e dialético é que temos arcabouço para reafirmar o Projeto Ético-Político e compreender a urgência de se intensificar a organização da categoria profissional e da classe trabalhadora na defesa de outra ordem societária, livre de opressão e exploração.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Lei De Diretrizes Curriculares Para O Curso De Serviço Social**. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf>. Acesso em: 29 de Agosto de 2015.

BARROCO, M. L. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. Serviço Social: formação e projeto político. São Paulo: Cortez, n.79, p. 27-42, set. 2004.

_____. Materialidade e potencialidade do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros. **Código de Ética Comentado**. São Paulo: Cortez, p. 19-109, 2012.

_____. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. 222p.

BRASIL. **LEI Nº 3.252, DE 27 DE AGOSTO DE 1957**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de assistente social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3252.htm>. Acesso em: 10 de dez. 2015.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 de ago. de

2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1947**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: 10 de dez. 2015.

_____. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1965**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf>. Acesso em: 10 de dez. 2015.

_____. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1975**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf>. Acesso em: 10 de dez. 2015.

_____. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 10 de dez. 2015.

IAMAMOTO, M. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. Costa Rica, 2004.

_____. **Serviço Social em Tempos de Capital Fetice: capitalismo financeiro e questão social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2014, 498p.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2010, 165p.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, S. M. M. **Código de Ética comentado: reflexão para o fortalecimento do projeto ético-político na formação e no trabalho do(a) assistente social**. (Prefácio) **Código de Ética Comentado**. São Paulo: Cortez, p. 09-17, 2012.

SILVA, L. R. **A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL E O ENSINO À DISTÂNCIA: avanços e retrocessos na formação profissional**. 2016. 107 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba. 2016.